



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

Lauro Morthy

*Vice-Reitor*

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Alvaro Tamayo

Arvon Dall'Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

Simmel  
e a  
modernidade

Jessé Souza  
Berthold Ölze  
(organizadores)

*Tradução*

Jessé Souza  
Berthold Ölze  
Sebastião Rios  
Clarissa Rios

EDITORA  
UNB





## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Reitor*

Lauro Morny

*Vice-Reitor*

Timothy Martin Mulholland

### EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Diretor*

Alexandre Lima

#### CONSELHO EDITORIAL

*Presidente*

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Alvaro Tamayo

Aryon Dall'Igna Rodrigues

Douimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Eurídice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

## O dinheiro na cultura moderna (1896)

Se a sociologia quisesse formular a contradição da época moderna, especialmente em oposição à época medieval, então poderia tentar como se segue: Na Idade Média, o homem encontrava-se encadeado numa relação com uma comunidade ou com uma propriedade feudal, com uma associação, ou com uma corporação; sua personalidade era incorporada nos círculos de interesses práticos ou sociais. O caráter destes círculos era formado pelas pessoas que os constituíam de maneira imediata. Esta unidade foi destruída pela época moderna. Por um lado, ela possibilitou a autonomia da personalidade e deu a ela uma liberdade de movimentos interna e externa incomensurável. E deu, por outro lado, em compensação, um caráter objetivado incomensurável aos conteúdos práticos de vida. Na técnica, nas organizações de cada tipo, nas empresas e nas profissões impõe-se cada vez mais o domínio das próprias leis das coisas, que separam tudo isso das nuances de personalidades singulares — como, tendencialmente, a nossa imagem da natureza perde mais e mais os traços humanos em favor de uma legislação objetiva. Assim, a época moderna conseguiu separar e autonomizar o sujeito e o objeto, para que ambos realizassem o próprio desenvolvimento de forma mais pura e mais rica. Como ambos os lados do processo da diferenciação foram atingidos pela economia de dinheiro, é o que temos de analisar aqui.

A relação entre a personalidade e as suas propriedades realiza-se, na história alemã até a altura da Idade Média, em duas formas características: na origem encontramos a posse da terra como se fosse uma competência de uma personalidade como tal. A posse resulta da filiação de um homem singular à sua comunidade de

mercado. Já no século X, essa forma pessoal de posse desaparece. Agora, todo direito pessoal tornou-se dependente da posse de solo e terra. Por exemplo: aquele que possuía um terreno fora da comunidade rural a qual pertencia não valia mais nesta comunidade (que exigia o arrendamento de uma propriedade inteira para aceitar alguém como membro completo) do que uma pessoa qualquer. Em ambos os casos, porém, persistia uma estreita ligação local entre a pessoa e a posse de terra. Por outro lado, era necessário que uma pessoa de posse, cuja propriedade se encontrava nesta comunidade, sem, no entanto, pertencer a ela (um homem livre, um cidadão, uma corporação, etc.), fosse obrigada a denominar um substituto, o qual serviria pessoalmente ao dono da terra emprestada e se comprometia com os direitos e os deveres de um servidor cortesão (*Hofgenosse*). Estas conexões entre personalidades e relações objetivas — conexões típicas nestes tempos de economia-naturaf — desfaziavam-se na economia do dinheiro. Esta última interpõe em cada instante, entre pessoa e coisa definitivamente qualificada, a instância totalmente objetiva e não qualitativa em si mesma do dinheiro e do valor monetário. Ela impõe uma distância entre pessoa e posse, tornando a relação entre ambas mediada. Ela diferenciou, com isso, a relação anteriormente tão íntima entre elementos pessoais e locais, de tal modo que posso receber, hoje em dia, em Berlim, as minhas encomendas de trens americanos, de hipotecas norueguesas e de minas de ouro africanas. Aceitamos esta forma de posse, eficaz à distância, como se fosse uma trivialidade. Mas ela só se tornou possível desde que o dinheiro se impôs entre posse e proprietário, separando-os e ligando-os.

Nessa função, o dinheiro confere, por um lado, um caráter pessoal, anteriormente desconhecido, a toda atividade econômica, por outro lado, aumenta, proporcionalmente, a autonomia e a independência da pessoa. A relação entre a personalidade e a comunidade desenvolveu-se de maneira semelhante. A corporação medieval integrava o homem por inteiro; uma corporação de teceletes não era uma mera associação de indivíduos que se limitava a cuidar dos simples interesses de seus membros, mas sim uma comunidade de vida, seja em aspectos técnicos, sociais, religiosos, políticos, seja em outros aspectos a mais. Mesmo que esta associa-

ção medieval tenha se dedicado a interesses específicos, ela existia, porém, diretamente nos seus membros, os quais, privados de direitos, eram completamente absorvidos por ela.

Contrariamente a esta forma unificadora, a economia do dinheiro possibilitou aquelas inúmeras associações, que somente exigem contribuições monetárias de seus membros ou apontam para um mero interesse de lucro. Isso possibilita, por uma parte, uma objetividade pura nas atividades da associação, isto é, o seu caráter puramente técnico, independente de colaboração pessoal, libertando, por outra parte, o sujeito de laços constrangedores, dado que este é, agora, vinculado ao todo, principalmente pela doação e recepção de dinheiro e não mais como pessoa por inteiro.

Desde que o interesse de um participante singular possa ser exprimido de maneira mais ou menos direta em termos de dinheiro, este entremeou-se entre a totalidade objetiva da associação e a totalidade subjetiva de personalidade — como também entremeou-se entre proprietário e posse — e passou a proporcionar a ambas uma nova autonomia recíproca e uma possibilidade de desenvolvimento. O ápice deste desenvolvimento é marcado pela sociedade anônima de ações, cuja atividade se mostra totalmente objetiva e independente diante de um acionário singular, enquanto este não faz parte dela com a sua pessoa, mas sim apenas com uma soma de dinheiro.

Aquele caráter impessoal e não-colorido, que é típico para o dinheiro em oposição aos outros valores específicos, tem de se reforçar continuamente ao longo da história cultural, na medida em que o dinheiro tem de substituir mais e mais coisas cada vez mais variadas. É exatamente esta ausência de um caráter específico que tornou possíveis os seus serviços imensos, gerando uma comunidade ativa de indivíduos e grupos que normalmente insistem na sua separação e distância mútua em todos os outros aspectos. Forma-se, então, um novo fio condutor para os conteúdos de vida que podem ser associados.

Gostaria de mostrar dois exemplos que parecem apresentar corretamente a sutileza da fronteira possibilitada pelo dinheiro. Trata-se da fronteira entre as uniões de interesses, por um lado, e a separação dos mesmos, por outro. Depois de 1848, formaram-se, na França, sindicatos de associações trabalhistas de um mesmo

gênero, de maneira que cada associação contribuía para um único fundo sindical a partir do seu fundo sindical comum. Aquele fundo era dedicado às compras em atacado, à concessão de créditos ao consumidor, etc.; mas não era a finalidade dos sindicatos unir as suas associações numa associação única, pois cada uma destas devia manter a sua organização específica. Este caso histórico é muito significativo, dado que os trabalhadores desta época estavam tomados por uma verdadeira paixão de formar associações. Eles tinham de ter motivos muito fortes para esta distância mútua, rejeitando a fusão tão fácil naquela situação. Mas, mesmo com bons motivos para a separação, encontraram uma chance de usar a unidade de seus interesses, reforçando-os por meio da posse conjunta de dinheiro. E mais: o sucesso da associação "Gustav-Adolph", esta grande comunidade de ajuda às comunidades protestantes pobres, teria sido impossível sem o caráter objetivo das contribuições monetárias, que distarçava as diferenças confessionais dos contribuintes. Na medida em que o dinheiro fazia com que este projeto comum de luteranos, de reformados e de unidos [os três ramos principais da igreja protestante alemã] — que não aceitariam nenhum outro motivo para se unir — se realizasse, ele servia como cimento ideal e intensificava o sentimento de companheirismo entre todos os envolvidos. Podemos generalizar que o sindicato, organização praticamente desconhecida na Idade Média, o qual concentrava, por assim dizer, os aspectos impessoais dos indivíduos para a realização de uma ação, não teria tido seu enorme sucesso sem o concurso do dinheiro. Foi o dinheiro que nos ensinou como reunir sem nada perder de específico e próprio da personalidade — uma forma de união que é, hoje em dia, perfeitamente comum para nós, mas que representa uma das mudanças e um dos progressos mais importantes da cultura.

Quem lamenta o efeito separador e alienador do intercâmbio monetário não deve esquecer o seguinte: o dinheiro gera uma ligação extremamente forte entre os membros de um setor econômico pela necessidade de trocar dinheiro para obter valores definidos e concretos. E precisamente porque o dinheiro não pode ser consumido imediatamente, ele aponta para outros indivíduos, dos quais se pode exigir o que se quer consumir. Consequentemente, o ho-

mem moderno depende de um número incomparavelmente maior de fornecedores e de fontes de abastecimento do que os homens livres da antiga Germânia ou, mais tarde, os servidores dependentes. Sua existência encontra-se em cada momento numa rede de ligações tecida por centenas de interesses monetários, sem os quais ele tampouco poderia continuar existindo como um membro de um ser orgânico afastado da circulação de sangue. Contribuiu para o encarceramento e para a integração da vida moderna a nossa divisão de trabalho, que era, no estágio da troca pré-monetária, obviamente limitada às tentativas iniciais modestíssimas. Como comparar os valores de produtores singulares se ainda não há nenhum padrão comum para as coisas e as qualidades mais distintas? Como realizar a troca de modo fácil e rápido sem um meio de troca que sirva para compensar diferenças, e que possa se converter em cada produto e vice-versa? Na medida em que o dinheiro possibilita a divisão do trabalho, ele encadeia os homens de maneira irresistível, pois agora cada um trabalha pelo outro. Somente o trabalho de todos gera a união econômica abrangente que completa os desenhos unilaterais do indivíduo.<sup>1</sup>

Conseqüentemente, vemos que o dinheiro instaura incomparavelmente mais laços entre os homens que nos estágios da associação feudal e da reunião arbitrária, ambos louvados pelos românticos da associação.

Por fim, o dinheiro estabeleceu um nível de interesse tão comum e abrangente para todos os homens como nunca foi possível na época da economia natural. O dinheiro garante um solo do en-

1. O pagamento em dinheiro promove a divisão de trabalho, pois, normalmente, só se paga em dinheiro para um desempenho especializado: o equivalente monetário abstrato sem qualidade corresponde exclusivamente ao produto objetivo singular designado da personalidade do produtor. Não se paga (onde inexistisse escrividão) dinheiro para um homem como um todo com toda sua especificidade, mas sim para o seus desempenhos na divisão do trabalho. Por causa disso, a formação da divisão de trabalho precisa de ampliação da economia monetária e vice-versa.

A partir deste fato, explicam-se as deficiências e contradições da relação moderna com os servidores de casa (as empregadas, etc.); pois aqui se compra com dinheiro, de fato, ainda um homem por inteiro, inclusive a totalidade do seu desempenho.

tendimento imediato, uma tal igualdade de diretrizes que contri-  
buiu, certamente, de maneira decisiva, para a representação mesma  
de uma idéia, como a do humano universal, a qual teve, desde o  
século XVIII, um papel tão importante na história social e cultural  
— como já se prenunciava na cultura romana no momento em que  
esta estava totalmente penetrada pela economia do dinheiro.

Assim como o dinheiro em geral fez surgir — como resulta,  
evidentemente, da nossa explicação — uma proporção radical-  
mente nova entre liberdade e compromisso, a reunificação, enfati-  
camente estreita e inevitável, efetuada por ele provoca, por outro  
lado, a consequência estranha de abrir um espaço extraordina-  
riamente vasto para a individualidade e para o sentimento de inde-  
pendência. O homem das épocas econômicas anteriores encontra-  
va-se na dependência de poucos outros homens, mas estes outros  
eram individualmente bem definidos e impermutáveis, enquanto  
hoje em dia dependemos muito mais de fornecedores, mas pode-  
mos permutá-los ao nosso bel-prazer. Precisamente uma tal relação  
tem de gerar um forte individualismo, pois não é o isolamento em  
si que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios.  
Pelo contrário, é uma forma específica de se relacionar com eles,  
de tal modo que implica anonimidade e desinteresse pela individu-  
alidade do outro, que provoca o individualismo.

Conforme a nossa caracterização da época moderna, a organi-  
zação monetária possibilita, diferentemente dos tempos nos quais  
cada relação externa era simultaneamente pessoal, uma distinção  
mais pura entre a ação econômica objetiva do homem e a sua colo-  
ração individual, o seu próprio ego, que agora se afasta daquelas  
relações e quase se retira em direção às suas esferas mais íntimas.

As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções  
aparentemente apostas: por um lado, na nivelação e compensação,  
no estabelecimento de círculos sociais cada vez mais abrangentes  
por meio de ligações com o mais remoto sob condições iguais; por  
outro lado, no destaque do mais individual, na independência da  
pessoa, na autonomia da formação dela. E ambas as direções são  
transportadas pela economia do dinheiro que possibilita, por um  
lado, um interesse comum, um meio de relacionamento e de comu-  
nicção totalmente universal e efetivo no mesmo nível e em todos

os lugares, possibilitando à personalidade, por outro lado, uma  
reserva maximizada, permitindo a individualização e a liberdade.

Esta última consequência carece ainda de uma prova. A ex-  
pressão e a abstração do desempenho por meio do dinheiro eram  
percebidas, desde o início, como instrumento e apoio da liberdade  
pessoal. Assim, a clássica lei romana decidia se alguém obrigado a  
um serviço definido poderia se recusar a cumprir o dever por meio  
de produtos naturais e insistir, mesmo contra a vontade dos credoi-  
res, em libertar-se por meio do pagamento do seu valor em dinhei-  
ro. Com isso, existia a garantia de que seria possível descartar-se  
de todos os deveres pelo dinheiro. Reconhecendo isso, chamava-se  
esta lei "a magna carta da liberdade pessoal" na área do direito  
privado. Na mesma direção, realizava-se, frequentemente, a libera-  
ção dos servidores dependentes. Os artesãos, dependentes de uma  
corte de senhores medievais, chegaram muitas vezes à liberdade,  
percorrendo o caminho em que, primeiramente, se limitavam os  
seus serviços, depois fixavam-se (codificavam-se) e, finalmente,  
transformavam-se em tributos monetários. Resultou, consequen-  
temente, um enorme progresso em direção à liberdade, quando os  
condados ingleses, a partir do século XIII, puderam substituir o  
seu dever de adquirir soldados e trabalhadores por meio de paga-  
mentos em dinheiro. Correspondentemente, encontrava-se entre os  
decretos mais importantes de Joseph II, os quais eram dedicados à  
inauguração da emancipação dos camponeses, um decreto que  
permitia e até prescrevia que eles pagassem os seus deveres e tri-  
butos naturais em dinheiro.

A substituição do desempenho pessoal pelo pagamento em di-  
nheiro liberta, de repente, a personalidade da cadeia específica  
imposta pela obrigação de trabalho: agora não era mais a atividade  
concreta pessoal que o outro podia reivindicar, mas, sim, somente  
o resultado impessoal desta atividade.

No pagamento em dinheiro, a personalidade não se dá mais a  
si mesma, mas sim a algo totalmente abstrato e livre de toda rela-  
ção interna com o indivíduo. Este motivo, porém, pode também  
fazer com que a substituição do desempenho pelo dinheiro provo-  
que uma opressão. A privação de direitos dos sócios de Atenas  
começava com a substituição dos tributos anteriores em natys e

tripulações pelos pagamentos em dinheiro; esta aparência de uma liberação de sua obrigação puramente pessoal continua, porém, a renúncia a uma atividade política autônoma e a uma importância que só deve reivindicar quem está presente, com um desempenho específico, contribuindo com forças reais. Sob uma economia monetária crescente, não se dá conta, freqüentemente, deste aspecto: que nos deveres, dos quais nos livramos comprando, existem muitas vezes ainda direitos e significações mais sutis que abandonamos junto com eles.

Como, neste caso, uma duplicidade de conseqüências resulta da doação de dinheiro, o mesmo se observa também na recepção de dinheiro: na venda. Por um lado, sentimos a transformação de uma posse em dinheiro como se fosse uma liberação. Por meio do dinheiro, conseguimos dar ao valor do objeto qualquer forma desejada, enquanto este era preso, anteriormente, a uma forma definida.

Com o dinheiro na bolsa, estamos livres, enquanto antes o objeto nos fazia dependentes das condições da sua conservação e fruição.

Muitas vezes uma tal liberdade significa ao mesmo tempo uma ausência de conteúdos da vida e um afrouxamento da sua substância. Por isso, a mesma legislação do século passado, que permitia a substituição dos serviços de camponeses por dinheiro, proibia, simultaneamente, aos senhores forçar os camponeses a esta substituição. Parecia, à primeira vista, que não haveria um tratamento injusto do camponês se os senhores comprassem dele, por um preço adequado, os seus direitos à terra (para afastá-lo do território da fazenda); no entanto, a terra significava, para o camponês, ainda uma outra coisa que o mero valor da posse; esta era, para ele, a chance de uma atividade útil, um centro de interesses, uma orientação do conteúdo de vida, a qual ele perdia no momento em que trocava dinheiro por terra. Os pagamentos freqüentes aos camponeses, no século XVIII, deram-lhes uma liberdade atual, mas tiraram-lhes o impagável, que proporcionou, antes de tudo, o valor de liberdade: o objeto fundamental da atividade pessoal. Isso é, por sua vez, o notável em uma cultura baseada no dinheiro como, por exemplo, a Atenas e a Roma tardias além do mundo moderno:

cada vez mais coisas podem ser compradas com dinheiro, alcançadas pelo dinheiro, apresentando-se este, conseqüentemente, como pólo imóvel no fluxo fugaz das aparências, e por causa disso não levamos em consideração, freqüentemente, que os objetos da transação (monetária) econômica ainda têm aspectos que não podem ser expressos em dinheiro. Acredita-se, muito facilmente, que se possui no dinheiro o equivalente exato e total do objeto. Encontramos, portanto, um motivo profundo para o caráter problemático, a inquietação e a insatisfação da nossa época.

O lado qualitativo dos objetos perde a sua importância psicológica por causa da economia monetária. O cálculo necessariamente contínuo do valor em dinheiro faz com que este apareça, finalmente, como o único valor vigente.

Vivemos passando, sem perceber, cada vez mais rápido, pelo significado específico, não-qualificável, das coisas, e este se vinga, agora, por meio daqueles sentimentos, tão modernos, que abafam, enfraquecem. Sentimos que o núcleo e o sentido da vida escapam sempre, a cada vez, das nossas mãos; as satisfações definitivas realizam-se cada vez menos; sentimos, enfim, que todo esforço e toda atividade, na verdade, não valem a pena.

Não quero afirmar que a nossa época já se encontra inteiramente numa tal situação psíquica. Mas, lá onde existe uma aproximação daquele estado de coisas, temos, com certeza, uma conexão com a subordinação crescente dos valores qualitativos pelos valores quantitativos, pelo interesse a um mero mais ou menos quantitativo. Só os primeiros satisfazem os nossos desejos de maneira definitiva.

De fato, as coisas mesmas são também desvalorizadas, num sentido mais geral, pela equivalência com aquele meio da troca válido para qualquer coisa. O dinheiro é "vulgar" porque é o equivalente para tudo e para todos; somente o individual é nobre: o que corresponde a muitas coisas corresponde ao mais baixo entre elas e reduz, por isso, também o mais alto para o nível do mais baixo.

Esta é a tragédia de cada nivelação, dado que ela conduz, imediatamente, o superior ao lugar do elemento mais baixo.

O superior sempre pode descer, mas quase nunca o inferior se eleva até o elemento mais alto. Assim, o valor mais específico das

coisas fica prejudicado pela possibilidade constante da transformação do mais heterogêneo em dinheiro. E a língua tem razão, por isso, quando chama de "impagável" o que é muito especial e assinalado. A arrogância *blasé* de nossas classes que têm dinheiro é somente um reflexo psicológico desse fato. Eis por que elas têm, agora, um instrumento que permite, apesar da sua indiferença uniforme, comprar o mais variado e o mais especial. E a sensibilidade sutil para as atrações específicas e individuais das coisas atrofia-se mais e mais, porque a pergunta sobre o valor qualitativo está cada vez mais reprimida, nessas classes, pela pergunta sobre o valor quantitativo, pois exatamente isso é a arrogância *blasé*: não reagir mais às diferenças e propriedades específicas dos objetos com uma graduação correspondente da sensação, mas sim senti-las, de maneira nivelada e, por isso, com uma coloração abafada sem amplitudes significantes de contrastes.

E precisamente por causa do seu caráter nivelador que o dinheiro quanto mais se torna a medida de todas as coisas — ou seja, com sua crescente aculturação — tanto mais perde sua importância anterior para certas relações elevadas: a multa penal, por exemplo, limitou a sua área de atuação. O direito da Germânia antiga costumava expiar os delitos mais graves, até o assassínio, por meio de dinheiro. A penitência religiosa podia ser substituída, a partir do século XVII, pelo dinheiro, enquanto os direitos modernos reservam a multa para os crimes que são relativamente leves. Isso não indica nada contra, mas sim a favor da importância crescente do dinheiro: precisamente por medir, agora, tantas coisas a mais, sendo por isso ainda menos colorido e caracterizado, não pode mais servir para a compensação em relações específicas e excepcionais, nas quais o mais íntimo e o mais essencial da personalidade são atingidos. O dinheiro não compensa, por exemplo, as exigências ético-religiosas sobre as quais repousava a sanção penal da Igreja, precisamente *porque* tudo pode ser comprado com dinheiro e não *apesar* disso. Neste ponto, coincidem duas correntes importantes do desenvolvimento histórico. Se era possível, na sociedade primitiva, compensar com dinheiro um assassínio, então significava, por um lado, o seguinte: o indivíduo, como tal, ainda não se destacava muito no seu valor, e ainda não era percebido como se

fosse incomparável e insubstituível, como aconteceu mais tarde quando ele se destacou do grupo de maneira mais decisiva e individualizada; e significava, por outro lado, que o dinheiro ainda não era tão indiferente, tão apartado de todo significado qualitativo. A diferenciação progressiva do homem e a indiferença progressiva do dinheiro coincidem, de modo a tornar a expiação do assassínio, por meio de dinheiro, impossível.

Da erosão e da deterioração do dinheiro pelo círculo crescente de seus equivalentes resulta uma segunda consequência extremamente importante da dominação do sistema monetário na mesma direção: não se percebe que o dinheiro é meramente um meio para obter outros bens — pensa-se nele como se fosse um bem autônomo, quando toda sua significação advém do fato de ser um elemento numa seqüência que leva a um fim e a um consumo definidos. Do mesmo modo que a maioria dos homens modernos precisa ter diante dos olhos, na maior parte da vida, o ganho de dinheiro como motivação mais próxima, forma-se a idéia de que toda felicidade e toda satisfação definitiva na vida são ligadas, intrinsecamente, à posse de uma certa forma de dinheiro. O dinheiro, anteriormente um puro meio e uma premonição, torna-se, intimamente, alvo final. Mas quando este alvo é alcançado, finalmente, surge, inúmeras vezes, um aborrecimento e uma frustração mortais, que se mostram, de maneira mais acentuada, nos homens de negócios, quando se retiram, depois de ter poupado uma certa quantidade de dinheiro, para gozar a aposentadoria. Quando as circunstâncias que concentram a consciência valorativa no dinheiro não existem mais, o dinheiro começa a revelar o seu caráter verdadeiro como puro meio, o qual se torna inútil e insatisfatório logo que a vida depende, exclusivamente, dele. O dinheiro é, portanto, nada mais que uma ponte aos valores definitivos, e não podemos morar numa ponte.

Esta sobreposição dos fins pelos meios é um traço essencial e um dos problemas principais de toda cultura elevada, pois ela consiste, essencialmente, em que os propósitos dos homens não são mais simples, próximos e alcançáveis pela ação imediata como eram, contrariamente, nos estágios primitivos; os propósitos tornam-se, passo a passo, tão complicados, difíceis e remotos que eles



precisam de uma construção composta de meios e instrumentos múltiplos e de um desvio composto de muitos degraus e passos preparatórios. Quase é impossível, em estágios culturais mais altos, que o primeiro passo já alcance o alvo: e não basta um meio só, porque este também, freqüentemente, não é acessível de maneira imediata, mas sim uma multiplicidade de meios que se sustentam reciprocamente, levando, finalmente, a um alvo definitivo.

Cada vez mais próximo, chega, porém, o perigo de perder a si mesmo neste labirinto de meios e de esquecer, com isso, a finalidade última.

Conseqüentemente, a técnica de todos os aspectos da vida — isto é, propriamente, o sistema de meios e de instrumentos puros — tanto mais complicada, sofisticada e diferenciada ela é, quanto mais parece uma finalidade última satisfatória que não se coloca mais em questão. Desta maneira, formou-se a rigidez de todos os costumes externos, que antigamente eram nada mais do que meios para fins sociais definidos. Estes meios continuavam persistindo, agora como valores autônomos, como exigências que se autofundamentam, enquanto aqueles fins caíram no esquecimento há muito tempo ou tornaram-se ilusórios. O tempo moderno e, especialmente, como parece, a situação global vivem num sentimento de tensão, de esperança e de pressão não-solucionado como ainda tivessem a chegar — a coisa principal, o definitivo, o sentido próprio e o ponto central da vida e das coisas. Este sentimento provavelmente, do supercrescimento dos meios e do efeito constrangedor da nossa técnica complicada de viver, de construir meios sobre meios até chegarmos às suas devidas finalidades originais. Estas finalidades originais deslocam-se, cada vez mais, do horizonte de consciência e, finalmente, afundam-se sob este. Nenhum outro elemento tem, neste processo, uma importância maior que o dinheiro. Nunca antes aconteceu que um tal objeto de valor meramente instrumental assumisse o papel de um fim satisfatório por si mesmo — seja aquela satisfação ilusória ou verdadeira — com tanta força, tanta extensão e tanta influência na situação geral da vida.

A posição central que o dinheiro assume por meio do crescimento enorme do círculo de objetos alcançáveis por ele irrita a sua influência em vários traços característicos da vida moderna.

O dinheiro abriu, para o homem singular, a chance à satisfação plena de seus desejos numa distância muito mais próxima e mais cheia de tentações. Existe a possibilidade de ganhar, quase com um golpe só, tudo que é desejável.

O dinheiro inter põe, entre o homem e os seus desejos, uma instância de mediação, um mecanismo facilitador. E porque, quando ele é alcançado, inúmeras outras coisas tornam-se alcançáveis, cresce a ilusão de que todo o resto seria mais fácil de alcançar que antes. Com a aproximação da felicidade, porém, aumenta o desejo dela, pois não é o absolutamente remoto e proibido que acende a chama da paixão e da saúde máximas, mas sim o que não é possuído e cuja posse parece aproximar-se cada vez mais — como acontece por meio da organização monetária. O desejo enorme do homem moderno de ser feliz, que se mostra não menos em Kant do que em Schopenhauer, não menos na democracia social do que no americanismo crescente atual, alimenta-se, obviamente, do poder e do sucesso do dinheiro. A “aspiração” especificamente moderna de classes sociais e de indivíduos — seja que queiramos condená-la ou cumprimentá-la como impulso do desenvolvimento cultural — só podia crescer porque existe, agora, uma palavra-chave na qual se concentra tudo que é desejável. Existe um ponto central que só precisamos optar, como se fosse uma chave de milagre num conto de fadas, para que alcancemos todos os prazeres da vida.

Com isso — ponto muito importante —, o dinheiro torna-se aquele alvo em si mesmo incondicionado, cuja aspiração é possível, por princípio, em cada instante, contrariamente ao alvo fixo, que não pode ser desejado ou aspirado a qualquer hora.

Então cresce, continuamente, a motivação do homem moderno pura a ação (para viver ativamente). Agora ele tem um alvo que se impõe como elemento de resistência (*pièce de résistance*), tão logo outros alvos abram um espaço, o dinheiro, está sempre lá, potencialmente, como objetivo alternativo. Disto vêm a inquietude, a febre, a falta de pausas na vida moderna, vida propulsada pelo motor desenfreado do dinheiro que torna a máquina da vida um *perpetuum mobile*. Scheleiermacher enfatiza que a religião cristã era aquela que transformava, pela primeira vez, a devoção e o desejo de Deus numa disposição permanente da alma, enquanto as religiões

anteriores ligavam a disposição religiosa a lugares e horas definidas. Assim também o desejo de dinheiro é o estado permanente da alma na economia de dinheiro completamente instalada.

Por isso, o psicólogo não deve negligenciar aquela queixa comum que acusa o dinheiro por ser o deus da nossa época.

É claro que ele só pode constatar este fato e descobrir relações significativas entre ambas as apresentações de Deus porque é um privilégio da psicologia não cometer blasfêmias. A idéia da existência de Deus tem a sua essência mais profunda na reunião de todos os conjuntos e de todas as diferenças, ou seja, como bem exprimitu Nicolaus Cusanus, pensador notavelmente moderno do fim da Idade Média: na *Coincidentia oppositorum*. Da idéia da reconciliação e da reunião de todas as heterogeneidades e de todas as diferenças não reconciliadas no deus resultam a paz, a segurança, a riqueza abrangente do sentimento que acompanham a apresentação e a posse de Deus. No domínio dos sentimentos provocados pelo dinheiro encontramos, sem dúvida, alguma semelhança psicológica.

O dinheiro, ao tornar-se cada vez mais a expressão absolutamente adequada e o equivalente de todos os valores, supera, numa altura meramente abstrata, toda variedade dos objetos. Ele se torna o centro no qual as coisas mais distintas, mais heterogêneas, mais remotas encontram o seu elemento comum e se tocam. Com isso, também o dinheiro consegue, de fato, esta superação do singular e concede esta confiança na sua onipotência, como se fosse o princípio mais alto que nos proporcionaria, em cada momento, aquele singular e inferior por meio da sua capacidade de se transformar nele (no singular). Aquela segurança e tranquilidade que a posse de dinheiro faz sentir, aquela convicção de possuir com ele o centro de valores, contém, de forma psicologicamente pura, quer dizer, de qualidade formal, o centro da equação que justifica, de maneira mais profunda, a queixa já mencionada, de que o dinheiro seja o Deus da época moderna.

Da mesma fonte nascem, também, traços característicos do homem moderno que levam a uma outra direção e se encontram longe daqui: a economia monetária exige operações matemáticas contínuas no comportamento social do dia a dia. A vida de muitos

homens é preenchida de tais operações, como taxar, estimar, calcular e reduzir valores qualitativos a valores quantitativos. Isso contribui para o caráter racional e calculador da época moderna em contraposição às épocas anteriores, que tinham um caráter mais impulsivo, mais emocional, mais dirigido ao todo. A invasão da estimativa monetária tinha de implantar nos conteúdos de vida uma exatidão e uma definição muito maiores, os quais ensinavam a definir e especificar cada valor até as suas diferenças mínimas quantitativas. Quando pensamos nas coisas em suas inter-relações imediatas — quer dizer, sem reduzi-las ao padrão geral da moeda —, realizam-se muito mais um arredondamento e um paralelismo de unidades entre si mesmos.

A exatidão, a nitidez, o rigor das relações econômicas da vida que influenciavam também outros conteúdos progredem com a ampliação da economia monetária — mas sem promover um estilo generoso na condução da vida. O uso sempre crescente de moedas pequenas leva à mesma direção, proclamando a ampliação da economia monetária. Até o ano 1759, o Banco Central da Inglaterra não emitia nenhuma nota abaixo de 20 libras esterlinas. Desde então, desceram até 5 libras esterlinas. Outro fato ainda mais significativo até o ano 1844, suas notas circulavam 51 dias antes de serem trocadas, de novo, em notas menores. No ano 1871, porém, circulavam somente 37 dias — quer dizer: num prazo de 27 anos, aumentou a necessidade de ter moedas pequenas em quase 25% de sua intensidade. O fato de que cada um tem dinheiro trocado na bolsa para poder comprar, rapidamente, quaisquer coisas pequenas, caso ele sinta o desejo espontâneo, tem de motivar indústrias que vivem destas possibilidades, isto é, a divisibilidade do dinheiro em somas mínimas em geral vai contribuir, com certeza, para um estilo mesquinho/pequeno na formação externa, especialmente na formação estética da vida moderna, e para um número crescente de portadores que servem para "decorar" (*ausgestalten*) a vida moderna. E aquela pontualidade e aquela exatidão que a divulgação da economia monetária — quase analogamente à divulgação dos relógios de bolso — impõe nas relações internas do homem não têm, no campo da ética, nenhum complemento numa conscientização interna crescente. Pelo contrário, o dinheiro seduz — por

meio do seu caráter objetivo e indiferente, pelo qual ele se oferece, do mesmo modo e sem relação interna, não só à ação mais nobre como também à ação mais baixa — uma certa leveza e irresponsabilidade do agir, que é inibido, com frequência, quando falta a mera intermediação do dinheiro, por meio da estrutura peculiar dos objetos e da relação individual do agente com eles. Assim aconteceu que homens com personalidades geralmente honestas participaram das “fundamentações” mais sinistras. Muitos homens agem com maior irresponsabilidade e ambivalência quando se trata de assuntos meramente monetários, enquanto seria de sua disposição um comportamento eticamente orientado em outras situações. O resultado finalmente obtido, o dinheiro, não deixa ver nada de sua origem, enquanto outras posses e situações são marcadas, interiormente, por suas origens, sejam elas de tipo factual ou de tipo psicológico; aqueles mostram mais e fazem lembrar mais a sua procedência. Quando uma ação produtiva desemboca no oceano imenso de dinheiro, então nunca mais pode ser reconhecida. As saídas deste oceano não contêm mais nada das suas entradas.

Voltando aos resultados singulares do intercâmbio monetário, quero terminar com uma observação geral sobre o seu relacionamento com os traços e os motivos mais profundos da nossa cultura. Se buscamos resumir o caráter e a grandeza da vida moderna numa única fórmula, pode resultar aquela: os conteúdos do conhecimento, da ação e da formação ideal são transformados de um estado substancial e estável num estado de desenvolvimento, mobilização e habilidade. Cada observação dos destinos destes conteúdos de vida que se desenrolam diante dos nossos olhos mostra claramente este traço de sua formação: estamos desistindo de verdades absolutas que estejam fora de toda evolução. Estamos abrindo mão, com prazer, de transformações, do crescimento e da crítica contínuos do nosso conhecimento — pois isto é, precisamente, o que se mostra, continuamente, como “empírica” em todas as áreas.

As espécies de organismos não valem mais como ideais eternos da criação, mas como pontos transitórios de uma evolução *ad infinitum*. A mesma tendência estende-se até a matéria morta e até as formações espirituais mais altas: a ciência natural moderna nos

ensina como dissolver a rigidez da matéria num rodameinho incessante de átomos sutíssimos. Estamos reconhecendo que os ideais integrais de épocas anteriores — ideais fundamentados fora da mudança e da contração de coisas (empíricas) — são dependentes de condições históricas, na medida em que se adaptam às suas mudanças. Por dentro de um grupo social desfazem-se cada vez mais as definições fixas. A rigidez de laços e de tradições, como existe em classes e em castas, é penetrada — seja para o bem seja para o mal. A personalidade pode flutuar por meio de uma variedade múltipla de situações da vida, espelhando em si mesmo, por assim dizer, o *panta rei* (o fluxo total) das coisas. A este grande processo heterogêneo da vida, o qual distingue, radicalmente, a cultura social moderna das épocas antigas, incorpora-se o domínio do dinheiro, sustentando este processo e sendo sustentado por ele.

As coisas são amoladas e alisadas, falando-se metaforicamente, na medida em que encontram o seu valor correspondente num meio de troca totalmente descolorido, solto qualquer caráter definido e específico. Diminuem-se as suas superfícies de atrito no decorrer de um processo de compensação/igualização. A sua circulação, a da e o tornar acontecer numa outra velocidade do que em épocas da economia natural. Cada vez mais coisas que parecem estar fora do alcance do intercâmbio monetário são arrasadas por sua corrente incessante: só faço lembrar um dos exemplos mais significativos, que é a história da posse da terra a partir do domínio do dinheiro. A mesma transição da estabilidade à labilidade que marcou a aparência moderna do mundo por inteiro agarrou também, por meio de dinheiro, o universo econômico, cujos acontecimentos, fazendo parte daquele movimento geral, o simbolizam e o refletem (1) que importa aqui é somente a observação de que a economia monetária — mesmo parecendo obedecer às suas próprias regras internas — está seguindo o mesmo ritmo que regula a totalidade dos movimentos simultâneos da cultura, incluindo, também, os mais remotos.

Podemos aprender da consideração do dinheiro — em diferença à análise do materialismo histórico que coloca o processo cultural intrinsecamente na dependência de condições econômicas — que a formação da vida econômica influencia, profundamente, a situação

psíquica e cultural de uma época, mas esta formação recebe, por outro lado, o seu caráter das grandes correntes homogêneas da vida histórica, cujas forças e cujos motivos últimos são, todavia, segredos divinos. Se estas igualdades formais e estas conexões profundas mostram a economia de dinheiro como um ramo da mesma raiz que alimenta todas as flores da nossa cultura, então podemos tirar, daqui, um consolo para aquelas queixas sobre os estragos feitos pela economia monetária e sobre as *auri sacra fames* que são proferidas, especialmente, pelos protagonistas dos bens ideais e agradáveis.

Quanto mais o conhecimento se aproxima daquela raiz, tanto mais se perfilam as relações da economia do dinheiro não só com os aspectos escuros como também com o mais alto e com o mais fino da nossa cultura, com efeito de que o dinheiro, comportando-se como todas as grandes forças históricas, pode parecer-se com a lança mística que pode curar com a sua própria força as feridas causadas por ela.

## A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900)

Quando designamos os refinamentos, as formas espiritualizadas da vida e os resultados do trabalho interior e exterior da vida como cultura, ordenamos, com isso, esses valores em uma perspectiva, segundo a qual eles ainda não se sustentam por meio da sua significação própria e objetiva. Para nós, eles são conteúdos da cultura na medida em que os vemos como desdobramentos elevados de forças e tendências naturais — elevados além da medida do desenvolvimento, da plenitude e da diferenciação que seriam alcançáveis pela sua inerente natureza. Uma energia ou indicação dada pela natureza — que decerto precisa apenas existir para estar por trás do desenvolvimento verdadeiro — forma o pré-requisito para o conceito de cultura, pois, da perspectiva deste, os valores da vida são justamente natureza cultivada.

Eles não têm aqui a significação isolada que a partir do alto se compara ao ideal da fortuna, da inteligência e da beleza, antes, eles se manifestam como desenvolvimento de um fundamento, que denominamos natureza e cujas forças e conteúdo de idéias elas ultrapassam, na medida em que são justamente cultura. Se, portanto, uma fruta de pomar e uma estátua são igualmente produtos da cultura, a língua explicita, entretanto, com muita precisão, esta relação, ao designar *cultivada* aquela árvore frutífera, enquanto o maturo bruto de nenhum modo é cultivado em estátua, pois, no primeiro caso, há uma força motriz e uma característica naturais da